

Cuiabá-MT, 16,17,18 e 19 de agosto de 2013

Fonte: www.24horasnews.com.br

17/08/2013 14:52:00

Criticado por deputados e prefeitos, Nadaf pode ir para a Secretaria de Saúde

Jonas Jozino e Rubens de Souza
Da Redação
A- A A+

Criticado pela maioria dos deputados que reclamam da falta de diálogo e até de uma certa arrogância no atendimento às solicitações da Assembleia Legislativa, o secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf pode mudar de posto no secretariado do governador Silval Barbosa, sendo alojado na Secretaria de Saúde em substituição a Mauri Rodrigues Lima.

A especulação em torno de uma reforma no secretariado de Silval continua intensa nos bastidores do Palácio Paiaguas. Mauri já chegou a ter seu nome em uma provável mudanças em várias listas, assim como o secretário de Educação, Ságuas Moraes (PT) esteve por fio de deixar a pasta após o escândalo do salmão.

Agora com as insistências dos deputados e com Mauri enfrentando desgaste junto ao governador Silval Barbosa já se cogita a possibilidade de Pedro Nadaf mudar da Casa Civil para a Saúde. O governador, entretanto, quando perguntado se limita e balançar a cabeça e esboçar um sorriso em confirmar nada.

Nesta luta por uma reforma administrativa, os deputados começam a ganhar o apoio dos prefeitos, que se mostram insatisfeitos com o trabalho de Nadaf na Casa Civil.

Mauri Lima também encontra resistências entre os deputados e prefeitos e sua queda já é dada como certa, resta saber quando. A reclamação é sempre a mesma: a dificuldade de uma relação política com o secretário mesclada com problemas financeiros, mas também políticos, já que parte dos servidores são contra as Organizações Sociais de Saúde –OSS –, que terceirizaram os serviços mas impuseram regras trabalhistas diferenciadas para médicos, enfermeiros e servidores.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Segunda, 19 de agosto de 2013, 17h05

Tamanho do texto A- A+

PERMANÊNCIA

Silval quer investigação, mas diz não trocar Mauri

A investigação foi determinada por Silval depois de denúncia de desvio que partiu do deputado federal Pedro Henry (PP)

TÉO MENESES

O governador Silval Barbosa (PMDB) determinou uma varredura nos contratos que estão sob comando do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues. O objetivo é investigar denúncia de que estariam sendo "desviados" recursos de convênios para aplicar em áreas não previstas nos programas oficiais. Apesar disso, o chefe do Executivo afirmou não pensar nesse momento em trocar o titular da pasta ou qualquer outro auxiliar próximo.

A investigação foi determinada por Silval depois de denúncia de desvio que partiu do deputado federal Pedro Henry (PP), ex-secretário de Estado de Saúde que tem conduzido os pepistas para o distanciamento do Executivo.

"Desde que assumi o governo, toda denúncia que chega eu determino que se investigue. E agora não será diferente. Pedi à Auditoria Geral do Estado (AGE) que faça uma varredura e se tiver alguma irregularidade, o responsável terá que ser responsabilizado", afirmou Silval.

A afirmação foi feita após reunião com um grupo de vereadores que representam 22 cidades do Sudoeste e entorno de Cáceres e foram ao Palácio Paiaguás pedir mais atenção com a região. O encontro ocorreu na tarde dessa segunda-feira (19), em Cuiabá.

Silval não citou prazo de quando a AGE dará uma resposta diante da denúncia. A Auditoria investigou recentemente a perda de remédios adquiridos através da Secretaria de Saúde e que venceram depois de comprados ao valor de R\$ 1,4 milhão.

Henry afirmou na semana passada que pelo menos do Hospital Regional de Sinop estaria sendo desviado por mês R\$ 1,5 milhão (quase R\$ 18 milhões por ano). Alega que o dinheiro seria aplicado em áreas que ninguém sabe.

ESCRITÓRIO

Ao falar sobre as denúncias contra Mauri Rodrigues, Silval afirmou que não pensa em trocar qualquer assessor nesse momento, muito menos o tão criticado aliado. "Não haverá nenhuma. Pelo menos por enquanto", afirmou o chefe do Executivo em tom enigmático.

A afirmação do peemedebista foi feita durante entrevista coletiva acompanhada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf, cotado para assumir o comando da Secretaria de Saúde com uma eventual queda de Mauri Rodrigues.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

19 de Agosto de 2013 - 10:00

Sinop: comissão quer saber investimentos e repasses para hospital regional

Fonte: Redação Só Notícias

Os vereadores Wollgran de Lima (DEM) e Neiva de Oliveira (PMDB) foram nomeados, respectivamente, presidente e relatora da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das obras do Hospital Regional de Sinop. Fernando Assunção (PSDB), Jonas Henrique de Lima (PMDB) e Carlos Hailton Ribeiro Leite (PSD) foram nomeados membros. O grupo foi formado, na semana passada, e acompanhará de perto a aplicação dos recursos públicos para a abertura total da unidade.

Conforme o presidente, o primeiro passo da comissão será a análise de documentos que tenham informações como total de valores repassados à Organização Social de Saúde (OSS) Santo Antônio, que administra o hospital; valores em atraso; total repassado pelo governo federal para compra de equipamentos bem como relação do que já foi adquirido; entre outros.

"Vamos solicitar à organização esses documentos e também à Secretaria de Estado de Saúde para que possamos analisar, ver o que foi investido, como está o andamento das obras e como estão os repasses, pois somente com esses documentos é que poderemos saber realidade sobre o cronograma para abertura do hospital. A comissão e a câmara, como um todo, quer esse hospital aberto mais rápido possível e vamos trabalhar para isso", explicou Wollgran, por meio da assessoria de imprensa da câmara. A solicitação dos documentos, de acordo

com o vereador, será feita hoje.

A informação é da assessoria da câmara.

Mesmo antes de iniciar oficialmente os trabalhos, os vereadores Wollgran de Lima, Neiva de Oliveira, além do presidente da Câmara, Dalton Martini, e o vereador Fernando Assunção, vistoriaram as obras do hospital regional e o Pronto Atendimento (PA). Eles acompanharam os deputados estaduais Antônio Azambuja, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, Ezequiel Fonseca, ambos do PP, e Dilmar Dal Bosco (DEM), e o deputado federal Pedro Henry (PP).

Antes de ir ao hospital, Henry havia declarado que o secretário de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, estava destinando para outros setores de saúde pública recursos que seriam para o hospital regional de Sinop ampliar a quantidade de leitos atendendo mais pacientes. Mauri ainda não se pronunciou sobre a acusação de Henry. O secretário está sendo atacado pelo PP depois que deixou de atender o partido, que foi pedir sua demissão ao governador e não conseguiu. Incormado, o Partido Progressista deixou a base de apoio a Silval.

(Atualizada às 14:31h)

Leia ainda

[Sinop: deputados estaduais e Pedro Henry vistoriam hospital regional](#)

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Tamanho do texto A- A+

Segunda, 19 de agosto de 2013, 07h36

SAÚDE

Após intervenção do MPE, Estado assina ordem para ampliar leitos de UTI

A capacidade da unidade será triplicada, levando em consideração que atualmente o hospital conta com apenas 10 leitos para atender quase meio milhão de pessoas

DA REDAÇÃO

Após várias intervenções do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 1ª e 4ª Promotorias de Justiça Cível de Rondonópolis, o governador Silval Barbosa (PMDB) assinou a ordem de serviço para a instalação de 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Regional de Rondonópolis, sendo dez leitos de UTI pediátrica e 10 de UTI adulta.

A capacidade da unidade será triplicada, levando em consideração que atualmente o hospital conta com apenas 10 leitos para atender quase meio milhão de pessoas de 19 municípios vizinhos.

O município de Rondonópolis – com quase um século de existência e com pouco mais de 195 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE – é responsável pelo segundo maior PIB do estado de Mato Grosso.

Contudo, não possui até hoje UTI pediátrica. A situação já levou a óbito pelo menos dez crianças nos últimos dois anos por falta de atendimento, conforme investigação do Ministério Público.

Em abril deste ano, o promotor de Justiça Ari Madeira Costa ingressou com pedido de execução provisória de sentença contra o Governo do Estado diante do descumprimento da sentença resolutive de mérito que determinava a implantação de leitos de UTI pediátrica no município.

A medida judicial resultou no bloqueio das contas do Estado no valor de R\$ 4,5 milhões. A ação, que está em fase de execução, foi ajuizada em 2011. No mesmo ano, uma outra medida judicial foi proposta com a finalidade de ampliação de leitos de UTI neonatal.

A solenidade da assinatura para o início das obras foi realizada na sexta-feira (16), e contou com a presença dos promotores de Justiça Ari Madeira e Joana Bortoni Ninis; além de autoridades políticas e da comunidade em geral.

GOVERNADOR

Em seu discurso, o governador Silval Barbosa reconheceu a importância da atuação do Ministério Público para que hoje essa obra fosse realizada, bem como, o prefeito da cidade Percival Muniz, que também agradeceu aos promotores de Justiça diante da mobilização junto a sociedade, na qual conseguiram mostrar a gravidade do problema devido a falta de UTI.

Na avaliação do promotor de Justiça Ari Madeira, a ordem de serviço foi assinada para o início das obras e aquisição de equipamentos, a fim de sanar a grave situação de deficiência de leitos para os idosos e crianças.

“Espero com muita ansiedade e angústia que tenha sido útil para nossa comunidade todo o esforço do Ministério Público, incluso do nosso procurador-geral de Justiça, Paulo

Roberto Jorge do Prado, que intermediou as reuniões com a secretaria de saúde e não mediu esforços para acompanhar o andamento das ações", ressalta Ari.

O hospital regional, administrado desde agosto de 2011, pelo Hospital São Camilo, realiza mensalmente 550 cirurgias e 17 mil atendimentos ambulatoriais, e conta com os trabalhos de 102 médicos.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Domingo, 18 de agosto de 2013, 17h15

Tamanho do texto A- A+

DESCASO

Burocracia do Estado impede a maior obra do Hospital Universitário Julio Müller

Centro de Nefrologia seria referência no Estado se estivesse funcionando

ELIANA BESS

O Centro de Nefrologia do Hospital Universitário Julio Müller em Cuiabá seria referência no Estado se estivesse funcionando. As obras tiveram início, mas estão paralisadas desde o ano de 2010 porque a construtora desistiu do serviço. Desde então, está dependendo de uma nova licitação do Estado para a sequência das obras.

Outros projetos de melhorias de infraestrutura, como a ampliação de duas salas do Centro Cirúrgico também aguardam providências do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde.

Sessenta pacientes por dia poderão fazer hemodiálise no Centro de Nefrologia do Hospital Julio Müller. A sala contará com 20 cadeiras, com a possibilidade de receber 20 pessoas em cada período (manhã, tarde e noite). Atualmente o local não oferece o atendimento.

"Será um serviço público ligado ao Hospital. Hoje o Sistema Único de Saúde (SUS) tem que comprar o serviço da Rede Privada", explicou o professor Elias Nogueira Peres, diretor do HJUM.

Segundo o diretor, desde 2010 está buscando apoio dos parlamentares na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do Ministério Público Estadual, da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Cidades.

"A informação é que está na Secretaria de Saúde com possibilidade de relicitação. Mas, isso é muito vago. O Tribunal de Contas da União já está sabendo por meio de denúncia", pontuou Elias Nogueira.

Na época da eleição o agora governador Silval Barbosa esteve visitando o Hospital e o assunto entrou nas promessas de campanha para execução da obra.

Detalhe: A obra orçada em R\$ 500 mil com recursos do Ministério da Saúde. O repasse foi feito para o Governo do Estado (Secretaria de Saúde) executar a obra.

AMPLIAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

Os recursos para ampliação do Centro Cirúrgico do HUJM também estão parados desde 2010. Orçado em R\$ 500 mil, sendo R\$ 400 mil de emenda parlamentar do deputado federal Valtenir Pereira (PSB), com contrapartida do Governo do Estado de R\$ 100 mil.

Segundo o diretor do Hospital Julio Müller, Elias Nogueira, parece que a Secretaria de Saúde tem o recurso e estaria enviando o processo para a Secretaria de Cidades para licitar a obra.

O projeto visa construir duas novas salas cirúrgicas. Atualmente são quatro salas cirúrgicas e duas obstétricas dando suporte para todo tipo de cirurgias.

INTERFERÊNCIA DO MPE

O que está evoluindo são as adequações internas para implantação do Projeto Mãe Canguru e o término de pavimentação dos estacionamentos da triagem neonatal e do ambulatório 2. No caso do estacionamento, envolve adequações de acessibilidade para atender Portadores de Necessidades Especiais (PNE). A obra estava parada e só foi retomada no mês de agosto com ajuda do Ministério Público Estadual.

“Parada por falta de pagamento do Estado para a empreiteira. Após a viabilização do dinheiro retomou o trabalho que deverá ficar pronto dentro de aproximadamente cinco meses. É uma obra igualmente importante para atender as pessoas que dependem de acessibilidade”.

A Vigilância Sanitária também pega pesado para agilizar as obras do estacionamento, tendo em vista os prejuízos que ocasiona para a saúde, tanto no período chuvoso (lama) e de seca (poeira).

GOVERNO DO ESTADO

A reportagem tentou por dois dias (quinta e sexta-feiras) falar com representantes das Secretarias de Saúde e de Cidades, devido a tramitação dos projetos que aguardam licitação. Infelizmente não obteve resposta até a edição da matéria.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Sábado, 17 de agosto de 2013, 00h00

RECURSOS DA SAÚDE

Estado espera quitar até outubro

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

O Tesouro do Estadual cumprindo determinação do governador Silval Barbosa (PMDB) e planejamento da Secretaria de Fazenda combinada com a Secretaria de Saúde, estabeleceu um cronograma de liberação de recursos para zerar até outubro todos os recursos devidos aos municípios no que se refere a Saúde Pública que no início do ano entre atrasados e novos eram estimados em R\$ 132 milhões...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Sábado, 17 de agosto de 2013, 00h00

UM NOVO TITULAR

Nome de Nadaf volta a ser ventilado para SES

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

A possível queda do titular da Secretaria de Estado de Saúde - SES, Mauri Rodrigues de Lima, tida como certa principalmente na Assembleia Legislativa, entre os deputados onde o titular encontra dificuldade de relação política por causa da pressão dos municípios que cobram com insistência pelos repasses de recursos atrasados, trouxe novamente a tona uma solução caseira para o governador Silval Barbosa (PMDB) que seria a transferência do atual titular da Casa Civil, Pedro Nadaf...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 18 de agosto de 2013, 00h00

SAÚDE PÚBLICA

Turistas "não podem" se acidentar durante a Copa

[Marianna Marimon](#) / Repórter do GD

Diagnóstico da demanda de produtos e serviços para a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá, Várzea Grande e demais cidades turísticas, produzido pela Universidade Federal de Mato

Grosso (UFMT), e do qual a Gazeta teve acesso com exclusividade, apresenta cenário preocupante no que concerne à saúde pública. Apesar de a cidade-sede possuir leitos para atender aos seus habitantes, a pressão sofrida pela demanda dos municípios no interior, que não possuem plano de ação para a saúde, demonstra a necessidade de mais investimentos e planejamento no setor. Além disto, a única unidade de urgência e emergência em alta complexidade, o Pronto-Socorro de Cuiabá, não possui estrutura para atender acidentes mais graves, que podem ocorrer durante os jogos do Mundial...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Segunda, 19 de agosto de 2013, 13h36

SAÚDE

Começam inscrições para 2ª convocação do Programa Mais Médicos

Agência Brasil

As inscrições para a segunda rodada de adesão ao Programa Mais Médicos serão abertas às 20h desta segunda-feira (19), no horário de Brasília, para médicos formados em instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras. Será aberto também o prazo de adesão ao programa para municípios e o Distrito Federal. O prazo final para inscrição e adesão é 30 de agosto.

As inscrições para os profissionais e a adesão dos municípios devem ser feitas na internet, no endereço <http://maismedicos.saude.gov.br>. Os editais de abertura da segunda rodada do Mais Médicos foram publicados na edição desta segunda-feira do Diário Oficial da União (DOU) e trazem as informações sobre a documentação necessária.

De acordo com o edital de seleção dos médicos, podem se inscrever os profissionais formados no Brasil ou com diploma revalidado no país e médicos brasileiros e estrangeiros formados no exterior. Para os estrangeiros, um dos requisitos para participar é que o país de exercício profissional do médico tenha índice igual ou superior a 1,8 médico por mil habitantes, segundo lista do edital baseada na estatística mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os profissionais que iniciaram e não finalizaram o processo de inscrição na primeira edição do Mais Médicos podem apenas completar os dados que faltam, sem a necessidade de repetir todo o processo, de acordo com o Ministério da Saúde.

O edital destinado aos municípios e Distrito Federal estabelece o perfil das capitais, municípios e distrito sanitário especial indígena que podem aderir ao programa.

Posteriormente, o Ministério da Saúde publicará edital com a relação de municípios participantes e indicação de abertura de prazo para os médicos inscritos escolherem as localidades para atuarem.

A primeira edição do Programa Mais Médicos selecionou 1.618 profissionais para atuar em 579 postos da rede pública em cidades do interior do país e periferias de grandes centros. Os selecionados correspondem a 10,5% dos 15.460 profissionais necessários, segundo demanda apresentada pelos municípios.

Lançado no dia 8 de julho, por medida provisória, o Mais Médicos tem como uma das metas levar profissionais para atuar durante três anos na atenção básica à saúde em regiões carentes do Brasil.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Editorial

Segunda feira, 19 de agosto de 2013 Edição nº 13676 16/08/2013

Saúde é prioridade

A recente onda de protestos confirmou o que já vinha sendo apontado por distintas pesquisas de opinião: a saúde é o primeiro numa longa, mas nem por isso incoerente, lista de preocupações dos brasileiros. É patente que a área exige alternativas mais criativas e ambiciosas do que o questionável programa Mais Médicos, lançado atabalhoadamente pelo governo.

Tramita no Congresso um projeto de iniciativa popular que destina 10% da receita corrente bruta da União para o Sistema Único de Saúde (SUS). É o sonho da população, da classe médica e até mesmo dos próprios administradores públicos, com uma só restrição: não existe esse dinheiro, não há como retirá-lo de outras áreas igualmente essenciais para o funcionamento do Estado.

Quando se trata de identificar fontes de recursos para gastos públicos, o Brasil não tem mostrado muita imaginação. A primeira tentação é a de criar novos impostos, elevando a já robusta carga tributária do país, a mais pesada entre os países emergentes. Foi o que fez o governo federal no início dos anos 1990, ao criar a chamada Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), originalmente IPMF, que vigorou no exercício de 1994 e, numa segunda versão, de 1997 a 2007.

Outro triste hábito brasileiro é o de, na ausência de alternativas de financiamento, lavar as mãos e jogar o problema no colo dos governos. Foi o que fez um integrante do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, que, em resposta a um questionamento sobre de onde sairia o dinheiro a ser investido na saúde, disse que “definir a fonte é tarefa do governo, e não nossa”. Uma versão

parlamentar dessa atitude é a aprovação de emendas ao Orçamento Geral da União com previsão de investimentos sem a necessária identificação da origem dos recursos. Nos primeiros meses do ano fiscal, o governo livra-se do problema por meio do contingenciamento (cancelamento) das despesas previstas por emendas.

Enganam-se os que acreditam que o problema do financiamento da saúde possa ser resolvido por meio da sanha arrecadatória ou do sonho da despesa sem receita. Como bem afirmou o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, aos 84 anos, "não tem dinheiro". E a solução do problema passa por um debate sério e responsável entre as autoridades e representantes de toda a sociedade.

A solução do problema passa por um debate sério por toda a sociedade.

www.midianews.com.br

POLÍTICA / DINHEIRO PÚBLICO

16.08.2013 | 15h25 - Atualizado em 16.08.2013 | 15h32

Tamanho do texto A- A+

Henry terá que esclarecer denúncia de desvio na Saúde

Mauri Rodrigues também será ouvido; ex-secretário aponta desvio de aplicação de R\$ 1,3 milhão por mês

Agência Câmara

O deputado federal Pedro Henry, que deverá se explicar na Comissão de Saúde da Assembleia

DA REDAÇÃO

O deputado Ademir Brunetto (PT) apresentou um requerimento convidando o deputado federal Pedro Henry (PP) a prestar esclarecimentos sobre as acusações que fez contra o secretário estadual de Saúde, Mauri Rodrigues (PP).

De acordo com Henry, cerca de R\$ 1,3 milhão enviados pelo Governo Federal para investir em Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá) estão sendo desviado para "outras finalidades".

Henry, que comandou a Secretaria de Saúde do Estado em 2011, acusou, durante entrevista coletiva, na semana passada, o atual gestor da pasta de usar verba destinada para ampliar o funcionamento do Hospital Regional de Sinop para bancar despesas em outros setores da Saúde Pública.

“A Secretaria de Saúde é constantemente alvo de denúncias. Acredito que está na hora de o Parlamento tomar medidas incisivas e investigar o que está acontecendo de fato”

A unidade esta pronta há, pelo menos, 10 anos, porém sem equipamentos.

Em sua defesa, o deputado disse que, enquanto esteve gerindo a pasta de Saúde, colocou o Pronto-Atendimento em funcionamento e sustentou que a verba não recebida, até agora, seria suficiente para colocar em atividade toda a unidade e seus leitos.

Além disso, ele acusou Mauri de mentir, quando disse que não existe controle nos gastos do Estado com a Saúde, devido à má gestão das Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Segundo Henry, a pasta recebe, todo início do mês, relatórios de tudo o que aconteceu no mês anterior, em todas as áreas da Saúde Pública.

Brunetto defendeu que a presença de Henry é necessária devido à gravidade das acusações, e o deputado federal precisa subsidiar as informações que passou à imprensa.

“Essa secretaria é constantemente alvo de denúncias e acredito que está na hora de o Parlamento estadual tomar medidas incisivas e investigar o que está acontecendo, de fato, nesta pasta tão importante e necessária para a população”,

disse o petista.

Henry deverá ser ouvido já na próxima semana, provavelmente na Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa marcada para quinta-feira (22).

Defesa de Mauri

O deputado do PT também quer ouvir Mauri Rodrigues (PP) para dar sua versão sobre as denúncias feitas contra sua administração.

Ele está no comando da pasta desde janeiro e vem sendo alvo de críticas e denúncias dos correligionários do PP, que querem sua saída da secretaria.

A pasta enfrenta problemas com atraso nos repasses para os municípios, o escândalo dos medicamentos de alto custo vencidos no estoque da secretaria, além de afirmar que não possui controle sobre o que o Governo paga para as OSSs.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

17/08/2013 - 08:40

Coronel Taborelli denuncia má gestão e exige saída da esposa de

Walace da Secretaria de Saúde de Várzea Grande

Da Reportagem Local - Ronaldo Pacheco

Vereador Coronel Pery Taborelli denuncia caos na Saúde e lembra que crianças já morreram no Pronto Socorro de Várzea Grande

Principal opositor da atual administração na Câmara Municipal, o vereador Coronel Pery Taborelli (PV) denunciou a precariedade do sistema de saúde de Várzea Grande e exigiu a demissão da secretária municipal de Saúde, médica Jaqueline Beber Guimarães, mulher do prefeito Wallace Guimarães (PMDB). "Se demorar um pouco mais [no cargo], ela corre o risco de comprometer toda a administração. Não tem competência. A má gestão na Secretaria Municipal de Saúde é pública e notória", afirma ele.

Leia

mais

Riva classifica bloco independente de falácia e reforça compromisso com governabilidade

Taques entrega relatório na próxima semana e afirma ser favorável à flexibilidade da maioria penal

O parlamentar do Partido Verde foi até o Ministério Público do Estado solicitar investigação de diversas ações suspeitas da Secretaria Municipal de Saúde, desde a distribuição equivocada de medicamentos até a compra de R\$ 4 milhões em impressos para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Vão comprar os impressos para que os médicos possam preencher o receituário. A prefeitura terá os papéis timbrados, mas cidade não possui médicos", lamenta o Coronel Taborelli.

O descaso por parte dos gestores municipais de Várzea Grande em relação à Saúde pública, segundo ele, se deve à forma em que a secretária Jaqueline Guimarães conduz a pasta. "Se o senhor prefeito demorar para efetuar sua exoneração dela, talvez, no futuro, somente a renúncia do prefeito Wallace Guimarães possa resolver", provoca o vereador do PV.

"Infelizmente, a doutora Jaqueline é incompetente e vem administrando a pasta de forma errada. Muitas pessoas estão ficando desassistidas no os centro de saúde e, principalmente, no Pronto Socorro de Várzea Grande. Quantas pessoas terão que morrer ainda para que o prefeito possa enxergar isso e retirá-la do comando daquela pasta?",

questiona

Taborelli não conseguiu o apoio dos colegas para criar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde, na Câmara de Várzea Grande. "Eram oito vereadores na oposição. Agora sou apenas eu. Sou uma andorinha, mas vou fazer verão", completa Taborelli.

Pery Taborelli destacou que várias crianças morreram, no Pronto Socorro de Várzea Grande, nos últimos meses. "A senhora secretária deveria ao menos comparecer à Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. Faltam médicos no Hospital e Pronto Socorro, nas policlínicas, nos PSFs. Ela deve explicações à sociedade", insiste ele.

Outro

lado

Walace Guimarães não atendeu nem retornou às ligações da reportagem do **Olhar Direto**. A primeira-dama Jaqueline Guimarães informou, via assessoria, que não vai mais "oferecer palanque pré-eleitoral ao vereador do PV".

O secretário municipal de Governo, ex-vereador Ismael Alves Silva, a quem cabe o diálogo com a Câmara Municipal, também não atendeu às insistentes ligações do **Olhar Direto**. A reportagem apurou que Ismael Alves estaria, curiosamente, resolvendo problema de saúde, na família.

Fonte: www.rdnews.com.br

[BASTIDORES](#) | 19/08/2013 - 14:02

Acuado e prestes a "cair", Henry segue irado e "atira" no governo

Romilson Dourado

Ex-secretário e deputado Pedro Henry orienta PP a bater no governo, especialmente na Saúde

Pedro Henry tenta encerrar a carreira política numa boa, como se sua máscara ainda não tivesse caído. Mas ela veio ao chão há um bom tempo, desde o envolvimento nos escândalos da sanguessuga e do mensalão. Como (quase) nada tem a perder politicamente, já que nos próximos dias perderá o mandato e vai cumprir pena em regime semiaberto, o deputado, anestesista e bem-sucedido empresário na área da saúde saiu da toca como um tatu raivoso e disposto a brigar por espaço e comida.

Para atingir o governador Silval Barbosa, de quem foi secretário de Saúde por um ano, Henry acusou publicamente a administração estadual de receber da União e não repassar recursos para o hospital de Sinop. Fez os cálculos e chegou a uma média de R\$ 18 milhões por ano que estariam sendo levados para outras finalidades ou para o ralo. Henry ligou o Palácio Paiaguás a Sinop porque sabe que o prefeito Juarez Costa jamais abriria a boca para reclamar publicamente sobre retenção da verba porque é amigo e aliado do mesmo partido de Silval. Ambos são do PMDB. A fidelidade política tem dessas coisas. O corporativismo e a prevaricação prevalecem, mesmo trazendo consequências graves para o usuário do SUS.

Ao escancarar a crise na saúde, o deputado atingiu por tabela o secretário Mauro Rodrigues, que antes conduziu a mesma pasta em Sinop. Não está nem aí que Mauri é do seu partido, o PP. Quer vingá-lo por ter excluído de cargos estratégicos os seus apadrinhados, entre eles o secretário-adjunto Edson Paulino de Oliveira, o Pelezinho. Mauri agiu com aval de Silval. Henry, na bronca, tenta dar o troco para os dois.

Enquanto resiste e segue no mandato, o deputado se mostra disposto a fechar o cerco contra o governo, tanto que orientou a bancada do PP na Assembleia a bater duro nesse sentido. Se por um lado ele carrega "rabo" da gestão Silval, afinal esteve dentro e fez o que bem entendeu, tanto que até entregou para as OSS a gestão dos hospitais regionais, de outro o governo também tem "rabo" do deputado e ex-secretário. Chumbo trocado não dói.

Fonte: www.rdnews.com.br

[MT SAÚDE](#) | 15/08/2013 - 07:34

Faiad enrola e encaminha novo MT Saúde apenas no fim do mês

Victor Cabral

Faiad promete encaminhar novo projeto até o final deste mês

Em reunião com os sindicalistas que compõem o Fórum Sindical, o secretário estadual de Administração, Francisco Faiad (PMDB), garantiu que o projeto de reestruturação do MT Saúde será

encaminhado para a Assembleia até o final deste mês. Pela proposta, o Plano passa a ter autonomia administrativa e financeira e a contar com a participação de representantes dos servidores, indicados pelo Fórum Sindical, na composição de seus conselhos de administração e fiscal.

O projeto também extingue os cargos comissionados, com exceção ao posto de presidente, passando a ser ocupados por servidores de carreira. Quanto ao Plano, que atualmente é familiar, passará a ser individual e por faixa salarial e etária. O governo do Estado, pela proposta, terá reduzida sua participação na sustentação do MT Saúde, passando a cobrir apenas 30% das despesas.

Em entrevista ao **RDNews**, no final de junho, Faiad explicou que, com isso, na prática, alguns vão passar a pagar menos e outros mais. Ele cita como exemplo um funcionário que recebe R\$ 4 mil e hoje paga R\$ 200. Segundo o secretário, o valor cairia para R\$ 120, no caso do servidor ter 29 anos (faixa etária).

O titular da pasta de Administração ponderou, à época, no entanto, que a SAD também está preocupada com os servidores de categorias menos remuneradas. Será estabelecido um teto e o Estado vai subsidiar recursos para quem ganha menos. “Hoje tem servidor que paga R\$ 34, por isso, o Governo tem que colocar tanto aporte financeiro”, reforça.

Novo MT Saúde será enviado em agosto à AL; plano terá outros preços

Fonte: www.reportermt.com.br

CAOS NA SAÚDE

Exoneração de Mauri é iminente; sucessor deve ser ligado ao PSD, de Riva

Uma fonte ligada ao PSD garantiu que o governador deve nomear uma pessoa ligada ao PSD. O nome vem sendo mantido em sigilo, mas que a nomeação não tem nenhuma ligação com a legenda.

ABDALLA ZAROOUR 19/08/2013 10:23, atualizado às 19/08/2013 17:27

[Silval não resistiu às pressões dos deputados do PP e mandou exonerar Mauri Rodrigues \(Foto: divulgação\)](#)

O governador Silval Barbosa (PMDB) não resistiu às pressões dos deputados estaduais e até mesmo da declaração feita pelo deputado federal Pedro Henry (PP) de suposto desvio de dinheiro na Saúde e o secretário da pasta, Mauri Rodrigues, que era do PP, deve ser exonerado ainda esta semana.

Uma fonte ligada ao PSD garantiu que o governador deve nomear uma pessoa ligada ao PSD. O nome vem sendo mantido em sigilo, mas que a nomeação não tem nenhuma ligação com a legenda.

Mesmo o futuro gestor ter uma parceria forte com o PSD, a nomeação não teria qualquer vínculo com o partido do vice-governador Chico Dalto e dos deputados estaduais José Riva, José Domingos, Airton Português e Walter Rabello.

A queda de Mauri Rodrigues já era esperada no meio político. Mauri foi praticamente fritado pelos deputados do PP, principalmente, pelo líder deles, o deputado federal Pedro Henry (PP), que acusou o gestor de desvio de verba pública para a saúde de Sinop. A perda de medicamentos na Farmácia de Alto Custo e a falta de conhecimento dos custos das OSSs foram a gota d'água para a paciência de Silval Barbosa (PMDB). Mauri não sai pela porta da frente e o seu sucessor vai ser uma espécie de tapa-buraco para o final de mandato de Silval.

Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Henry pede suspeição de conselheiro do TCE por usar "linguagem corporal irônica"

19/08/2013 - 15h36

A- A+

CLÁUDIO MORAES

Da Editoria

O deputado federal Pedro Henry (PP) tentou, mas não conseguiu impedir que o conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Luiz Henrique Lima, fosse o relator de um recurso dele contra a decisão tomada pelo órgão em dezembro de 2012 que reprovou as contas da secretaria estadual de Saúde. Além de Henry, o ex-secretário Vander Fernandes e também o ex-secretário-adjunto administrativo e financeiro, Edson Paulino de Oliveira "Pelezinho", tentaram a mesma estratégia de Henry.

Os três gestores tiveram os balancetes rejeitados após o tribunal detectar dezenas de irregularidades. A época, Henry recebeu uma multa de R\$ 110 mil e Vander Fernandes de R\$ 36 mil.

Pedro Henry e os dois assessores argumentaram a existência de "motivos concretos" para solicitar a suspeição do conselheiro. Segundo eles, Luiz Henrique Lima teria evitado o acesso deles aos processos e notas taquigráficas, além de "linguagem corporal irônica, prolação de

comentários depreciativos e postura prepotente em relação às partes do processo, por ocasião do julgamento das contas".

O conselheiro Luiz Henrique Lima negou o pedido feito pelos ex-chefes da Saúde de Mato Grosso alegando como extemporâneo, já que a Lei determina um prazo de 15 dias após o julgamento para o ingresso de pedido de suspeição. "A imparcialidade do juiz é uma das maiores garantias que decorre do Estado Democrático de Direito e da cláusula do devido processo legal formal. Sob a atuação do juiz não deve pairar qualquer dúvida acerca de sua neutralidade. Contudo, no caso em exame, não há um fato objetivo que indique a parcialidade do Juiz. Tanto o é que o excipiente não apontou nenhum dos motivos de suspeição descritos", citou em seu parecer.

Apesar de ter sido negada em caráter emergencial, o pedido de suspeição terá que passar pelo pleno do TCE. O presidente do tribunal, José Carlos Novelli, fará o sorteio de um relator para o processo.

VEJA MAIS:

[TCE quer saída de indicado de Henry e reprova contas da Saúde de Mato Grosso](#)
[Assembleia pode fazer acareação entre Henry e Mauro sobre corrupção na Saúde](#)
[Pedro Henry revela que incinerou 50 toneladas de remédios na Saúde de Mato Grosso](#)
[Henry defende "invenção das OSS's" e acusa Estado de desviar R\\$ 18 mi de Sinop](#)